



Programação Detalhada

Versão atualizada



Sumário

Sobre o EnAJUS	3
Escopo, objetivos e tema central	4
Histórico do EnAJUS	5
Programação sintética	7
Painel temático	8
Solenidade de abertura	9
Palestra de abertura	10
Minicursos	12
Sessões presenciais de apresentação de trabalhos	15
Encerramento	32
Realização	33



O EnAJUS congrega várias áreas do conhecimento, como Direito, Administração Pública, Economia, Sociologia, Ciência Política, Tecnologia da Informação, Ciência de Dados, Psicologia, Comunicação, com a finalidade de gerar e disseminar conhecimentos capazes de melhorar os níveis de eficiência e de efetividade da Justiça. Essa ação é particularmente importante, na medida em que sistemas de justiça são, regra geral, caros, congestionados, lentos e pouco efetivos.

Isto considerado, o EnAJUS 2025 terá sessões destinadas a apresentações de trabalhos e painéis temáticos. Além disso, o evento oferecerá minicursos focados em métodos e técnicas de pesquisa, que visam oferecer oportunidades de capacitação a indivíduos interessados em ampliar o conhecimento sobre pesquisa em Administração da Justiça apoiada em dados e evidências.

25 a 28
de novembro de 2025

João Pessoa – PB

Administração da Justiça é tema de alta relevância social e política, porém ainda pouco estudado, em particular nos países de matriz lusófona. A administração da justiça implica o uso coordenado e articulado de recursos, conhecimentos, pessoas, regras e leis, com o objetivo de resolver conflitos entre indivíduos, grupos e organizações. Consequentemente, sistemas de justiça bem administrados são uma conquista civilizatória das sociedades e contribuem para a paz social e para o desenvolvimento socioeconômico de países em geral. Sistemas de justiça bem administrados também podem fomentar relações sociais baseadas em valores e princípios éticos e morais, incluindo o respeito às leis e regras que regem tais relações, e o reconhecimento dos direitos de grupos sociais e indivíduos.

O conceito de ‘sistema de Justiça’ envolve o funcionamento de organizações judiciais, como os tribunais, e outras instituições essenciais à justiça, como Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia, Defensoria Pública, tribunais administrativos, cartórios, polícias e órgãos de segurança pública. Inclui, também, as relações entre as organizações do sistema de Justiça e organizações de outros sistemas, como organizações políticas, governamentais, legislativas, do mercado e da sociedade civil. Como campo de pesquisa, a Administração da Justiça compreende múltiplas teorias e métodos de pesquisa, visando investigar a gestão do sistema de Justiça em diferentes perspectivas e níveis de análise. Trata da relação entre administração e provisão de justiça em um determinado contexto social, empregando múltiplas lentes conceituais e metodológicas.



Escopo e Objetivos

O Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS é um espaço de diálogo entre professores, pesquisadores, técnicos, gestores públicos, formuladores de políticas públicas, operadores do direito e alunos de graduação e pós-graduação interessados no tema. O evento estimulará o debate aprofundado entre os participantes e visa:

- a. Ampliar, organizar e disseminar o conhecimento sobre Administração da Justiça;
- b. Desenvolver redes de cooperação, com a troca de experiências relacionadas com a temática;
- c. Disseminar o conhecimento a respeito de inovações e boas práticas de gestão em organizações do sistema de Justiça;
- d. Promover a interdisciplinaridade, mostrando como a Administração da Justiça congrega várias áreas do conhecimento, como Direito, Administração Pública, Economia, Sociologia, Ciência Política, Tecnologia da Informação, Ciência de Dados, Psicologia, Comunicação;
- e. Contribuir com a capacitação de indivíduos interessados em realizar pesquisas sobre Administração da Justiça com base em dados e evidências.

Tema Central 2025

Desafios e Oportunidades para o Sistema de Justiça na Sociedade da Informação

O EnAJUS 2025 tem como tema central “Desafios e Oportunidades para o Sistema de Justiça na Sociedade da Informação”, sugerindo reflexões, análises e debates sobre as mudanças que as novas relações sociais, baseadas em disruptivas aplicações das redes e tecnologias, têm projetado sobre as instituições que integram o sistema de Justiça. O EnAJUS 2025 constitui a oitava edição de evento científico que vem, desde 2018, promovendo a discussão, com base em evidências, das distintas dimensões teóricas, metodológicas e práticas, que compõem o funcionamento do sistema de Justiça.

Ao abordar esse tema, o evento propõe-se a analisar as profundas transformações que a sociedade midiaticizada, as tecnologias digitais e as redes têm provocado nas instituições do sistema de Justiça. Este fenômeno, caracterizado pela “compressão espaço-tempo” (Harvey, 1992) e pela penetrabilidade em escala global das tecnologias da informação (Castells, 1999), tem ressignificado as relações sociais e institucionais, especialmente após a pandemia da COVID-19, que acelerou a adoção de soluções digitais no âmbito judicial. É de grande interesse também do EnAJUS discutir como tais avanços nas tecnologias da informação impactam diretamente na qualidade e na efetividade dos serviços oferecidos pelo sistema de Justiça à sociedade.

O EnAJUS teve início em 2018, e as suas duas primeiras edições, 2018 e 2019, realizadas em Brasília, Brasil, resultaram do trabalho cooperativo do grupo de pesquisa Administração da Justiça (AJUS), dos programas de pós-graduação em Administração e em Direito, ambos da Universidade de Brasília, do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) da Universidade de Lisboa, e do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais (IBEPES). A edição de 2020 teve Curitiba, Brasil, como cidade-sede e foi promovida no formato online, em decorrência da pandemia COVID-19. Juntaram-se ao grupo organizador do evento dois novos atores importantes: a Universidade Positivo (UP), por meio dos programas de pós-graduação em Administração e em Direito, e a Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ), do Ministério da Justiça de Portugal.

Em 2021 o EnAJUS foi realizado em formato híbrido, com atividades presenciais em Lisboa, Portugal, e atividades remotas e transmissão ao vivo pela internet. Ao grupo organizador anterior juntaram-se o Instituto de Investigação Interdisciplinar (IURIS), da Universidade de Lisboa, e os grupos de pesquisa Administração, Governo e Políticas Públicas do Poder Judiciário (GPJUS) e Gestão, Desempenho e Efetividade do Judiciário (GEJUD), do Brasil.

O EnAJUS 2022 foi realizado em Curitiba, Brasil, no formato presencial, com opção de participação remota para autores residentes fora do Brasil. A Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (EJuDFT), Brasília, Brasil, a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), Coimbra, Portugal e o Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário (IBRAJUS) passaram a integrar, em 2022, o conjunto de instituições e grupos de pesquisa responsável pela realização do evento. Em 2022 foi instituído o Prêmio Tomas de Aquino Guimarães de Melhores Trabalhos EnAJUS, atribuído a três trabalhos, um de cada categoria – Trabalho Empírico, Ensaio Teórico e Relatório Técnico. A outorga de prêmios aos melhores trabalhos passou a fazer parte da rotina do evento desde então.

A sexta edição do EnAJUS, realizada em 2023, em Brasília, teve como instituição anfitriã o Centro Universitário IESB, e Acesso à Justiça como tema central. Acesso à justiça é tema complexo e polissêmico, que vai além do acesso aos órgãos de justiça e constitui grande desafio de sociedades em geral, especialmente nos países em desenvolvimento. Como tal, o tema foi tratado de forma transversal associado a diversos outros temas, como tecnologia, governança, políticas públicas etc. Destaca-se, nessa sexta edição, o apoio institucional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em razão do alinhamento do evento com a política de pesquisas judiciárias e ciência de dados, constante da Resolução nº 462/2022. O evento contou com uma conferência de abertura, tratando do tema “políticas públicas e acesso à justiça”, e com três painéis temáticos, os quais discutiram temas como a formação dos profissionais da Justiça,



tecnologia e inovação, além da questão das interseccionalidades no acesso à justiça. Houve também o oferecimento de três minicursos de formação em pesquisa, sendo um deles presencial e os demais no formato telepresencial.

Em 2024, o EnAJUS foi realizado em Natal, RN, no período de 26 a 29 de novembro, tendo como anfitriões o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), da Universidade Potiguar (UNP), e o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), do Centro de Ciências Sociais (CCSA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Neste ano, o tema central foi Paz, Justiça e Instituições Eficazes, em conexão ao título do Objetivo 16 de Desenvolvimento Sustentável (ODS 16) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU (2020). Novamente, o EnAJUS recebeu o apoio institucional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que foi somado aos apoios do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), da Escola de Formação Judiciária (EJuDFT), do TRT da 21ª região, da Associação dos Magistrados do Trabalho da 21ª região, além da Capes e do CNPq.

A edição de 2024 foi a que recebeu o maior número de trabalhos submetidos desde o início do EnAJUS. Foram recebidas 224 submissões, das quais, 160 foram selecionadas e 112 fizeram parte das 28 sessões de trabalhos apresentados. O EnAJUS cresceu quase quatro vezes entre 2018 e 2024, quando passou de cerca de 60 para mais de 220 submissões nesse período. A competição aumentou de cerca de nove para sete trabalhos selecionados de cada 10 submetidos no mesmo período. Isso evidencia elevação do nível de qualidade dos trabalhos e a importância crescente do evento na constituição de uma comunidade de pesquisadores interessados no tema da Administração da Justiça. O EnAJUS 2024 contou também com três painéis temáticos, três minicursos, reunião de grupos de pesquisa, sessão de lançamento de livros, exposição de dois observatórios de dados, além da palestra magna de abertura com a Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

O EnAJUS passou a reunir, em 2024, mais de 130 participantes, entre professores, pesquisadores, técnicos, gestores públicos, formuladores de políticas públicas, operadores do direito e estudantes de graduação e pós-graduação. Trata-se, portanto, de evento que se consolidou e tornou-se internacional rapidamente. O EnAJUS tornou-se realidade e um sucesso entre estudiosos e praticantes da Administração da Justiça por meio do trabalho voluntário de mais de uma centena de indivíduos, que atuaram como organizadores, palestrantes, autores de trabalhos, avaliadores e em atividades técnicas e de apoio operacional e logístico.

Em 2025, o EnAJUS será realizado em **João Pessoa, PB**, no período de **25 a 28 de novembro**, tendo como anfitrião o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Com tema central “Desafios e Oportunidades para o Sistema de Justiça na Sociedade da Informação”, o EnAJUS 2025 será recepcionado numa capital nordestina representativa do Sistema de Justiça – haja vista a presença significativa de diversos atores organizacionais judiciais atuantes em João Pessoa –, fortalecendo a expansão do evento nesta região, difundindo sua proposta e missão, ao mesmo tempo em que concilia tradição e tendência de futuro análogos ao momento vivido pela cidade.



Programação sintética

25.11.25

- 8h00 às 10h00
Credenciamento congressistas
- 10h00 às 11h30
Apresentação de trabalhos
- 14h00 às 15h30
Apresentação de trabalhos
- 16h00 às 17h30
Apresentação de trabalhos
- 18h00 às 19h00
Painel Temático
Os Desafios e Potenciais da IA na Atividade Jurisdicional e na Administração da Justiça
Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto
PPGDP/UFG
Mediação
Prof. Dr. Leonardo Ferreira de Oliveira (IESB)
- 19h00
Solenidade de Abertura
- 19h30 às 21h30
Palestra de Abertura
Desafios e Oportunidades para o Sistema de Justiça Brasileiro na Sociedade da Informação
Raquel Dodge
Procuradora-Geral da República (2017-2019)
Mediação
Profa. Dra. Alessandra Correia Lima Macedo Franca (PPGCJ/UFPB)

26.11.25

- 8h00 às 9h30
Apresentação de trabalhos
- 10h00 às 11h30
Apresentação de trabalhos
- 14h00 às 15h30
Apresentação de trabalhos
- 16h00 às 18h00
Mesa Redonda
Iniciativas Inovadoras em Dados de Organizações Públicas e da Justiça Paraibanas
Dr. Bruno Teixeira de Paiva
Juiz Federal Coordenador do Laboratório de Inovação da Justiça Federal da Paraíba (JFPB)
Ed Wilson Fernandes de Santana
Diretor de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB)
Mediação
Prof. Dr. Gustavo Rabay Guerra (PPGCJ/UFPB)
- 18h00 às 19h00
Lançamento de Livro

27.11.25

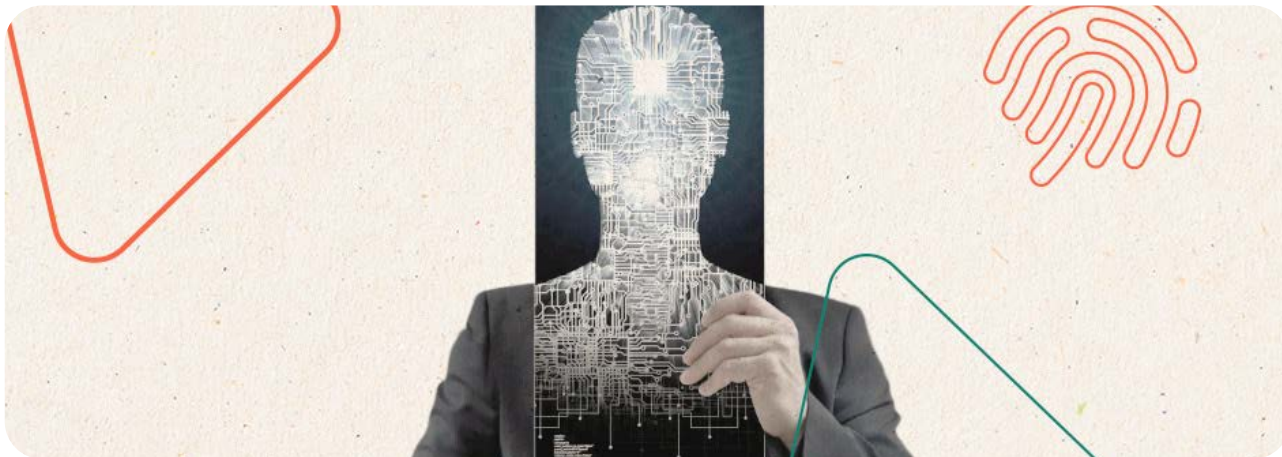
- 9h00 às 10h30
Apresentação de trabalhos
- 10h45 às 12h30
Apresentação de trabalhos
- 14h30 às 16h30
Apresentação de trabalhos
- 16h30 às 18h00
Apresentação de trabalhos
- 18h00 às 19h00
Plenária de encerramento e premiação

28.11.25

- 9h00 às 12h00
Minicurso online
Liderança Inclusiva na Política Nacional para Pessoas com Deficiência (PcD) no Poder Judiciário
Clarissa Gomes de Sousa
Técnica Judiciária na Justiça Federal da Paraíba (JFPB) e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPB)
- 9h15 às 12h15
Minicurso online
Elaboração de Textos Técnico-Científicos na Pesquisa em Administração da Justiça
Thiago Gomes Nascimento
Pós-Graduação Profissional em Administração Pública da Universidade de Brasília (PPGPAP/UnB)

Os Desafios e Potenciais da IA na Atividade Jurisdicional e na Administração da Justiça

25.11.25 - 18h00 às 19h00



Painelista



Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto

PPGDP/UFG

Coordenação e Mediação



Prof. Dr. Leonardo Ferreira de Oliveira

IESB



Solenidade de Abertura

25.11.25 - 19h00

Comitê organizador

Solenidade de Abertura do EnAJUS 2025.



25.11.25 – 19h30 às 21h30

Desafios e Oportunidades para o Sistema de Justiça Brasileiro na Sociedade da Informação



Raquel Dodge

Subprocuradora-Geral da República

Raquel Elias Ferreira Dodge foi Procuradora-Geral da República (2017-2019), Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (2017-2019), Procuradora-Geral Eleitoral (2017-2019), é Subprocuradora-Geral da República, Mestre em Direito pela Harvard Law School, onde também atuou como Pesquisadora Visitante e Fellow do Programa de Direitos Humanos, e graduada em Direito pela Universidade de Brasília, onde concluiu o curso de Mestrado em Direito e Estado (1983). Foi Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Adjunta (2000-2004), Coordenadora Criminal do MPF na 2ª Câmara de Coordenação e Revisão (2012-2016) e Membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Povos Indígenas e Minorias) (1983-2004). Especializou-se na defesa de direitos humanos e da democracia, do direito de minorias, contra o trabalho escravo e esquadrões da morte, do direito à saúde e na defesa do clima e do ambiente.

Coordenação e Mediação



Profa. Dra. Alessandra Correia Lima Macedo Franca

PPGCJ/UFPB



Iniciativas Inovadoras em Dados de Organizações Públicas e da Justiça Paraibanas

26.11.25 - 16h00 às 18h00



Palestrantes



Dr. Bruno Teixeira de Paiva

Juiz Federal Coordenador do Laboratório de Inovação da Justiça Federal da Paraíba (JFPB)



Ed Wilson Fernandes de Santana

Diretor de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB)

Coordenação e Mediação



Prof. Dr. Gustavo Rabay Guerra

PPGCJ/UFPB



28.11.25

9h00 às 12h00

Minicurso online

**Liderança Inclusiva na
Política Nacional para Pessoas com Deficiência (PcD)
no Poder Judiciário**

9h15 às 12h15

Minicurso online

**Elaboração de Textos Técnico-Científicos na Pesquisa
em Administração da Justiça**



Liderança Inclusiva na Política Nacional para Pessoas com Deficiência (PcD) no Poder Judiciário

28.11.25 - 9h00 às 12h00



Ministrante



Clarissa Gomes de Sousa

Técnica Judiciária na Justiça Federal da Paraíba (JFPB) e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB)



Elaboração de Textos Técnico-Científicos na Pesquisa em Administração da Justiça

28.11.25 - 9h15 às 12h15



Ministrante



Thiago Gomes Nascimento

Pós-Graduação Profissional em Administração Pública da Universidade de Brasília (PPGPAP/UnB)



Apresentação de Trabalhos

25.11.25

10h00 às 11h30

Sessão 01

Sessão 02

Sessão 03

Sessão 04

14h00 às 15h30

Sessão 05

Sessão 06

Sessão 07

Sessão 08

16h00 às 17h30

Sessão 09

Sessão 10

Sessão 11

Sessão 12

26.11.25

8h00 às 9h30

Sessão 13

Sessão 14

Sessão 15

Sessão 16

10h00 às 11h30

Sessão 17

Sessão 18

Sessão 19

Sessão 20

14h00 às 15h30

Sessão 21

Sessão 22

Sessão 23

27.11.26

9h00 às 10h30

Sessão 24

Sessão 25

10:45 às 12:30

Sessão 26

Sessão 27

14:30 às 16:30

Sessão 28

Sessão 29

16h30 às 18h00

Sessão 30

Sessão 31

Sessão 01

25.11.2025 10h00 às 11h30 • Sala A (Rubi)

Mediação: José Marcelo Maia Nogueira

Inovação Algorítmica no Judiciário Trabalhista: O Robô Orientador de Dados e os Desafios das Metas Nacionais no Sistema Judiciário

Simone de Araújo Góes Assis, Natalia Ribeiro de Souza Evangelista, Sérgio da Costa Côrtes, Eda Castro Lucas De Souza, Cesar Eustaquio da Fonseca Filho

Inovação no Ministério Público Federal: Avanços e Desafios

Pedro Henrique Rodrigues de Camargo Dias, Jonilto Costa Sousa

Justiça em Formato Digital: Análise dos Planos de Inovação Digital na Justiça Portuguesa

Sérgio Resende, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Justiça que Transforma: TJCE como Agente de Inclusão e Justiça

Mariana de Oliveira Nunes Freitas, Thaís Lacerda de Araújo Raiciki

Sessão 02

25.11.2025 10h00 às 11h30 • Sala B (Jade)

Mediação: Laís Karla da Silva Barreto

A IA no Judiciário: Uma Análise sobre Custos de Transação e Recursos

Adriana Maria da Silva Vieira, Valéria Chrystiane Rodrigues dos Santos, Leonardo Ferreira de Oliveira

Impactos da implantação do sistema e-notariado no desempenho dos cartórios de Classe 1 do Rio Grande do Norte

Sydia Mara Fernandes de Souza Rosas, Hilderline Câmara de Oliveira, Romulo Andrade de Souza Neto, Carla Montefusco de Oliveira

Inteligência Artificial e Atividade Jurisdicional na Análise de Provas: Desafios Éticos e Limitações Constitucionais

Carlos Eduardo da Silva Camillo

Na Linha de Frente da Democracia: Procedimento Operacional Padrão como Estratégia de Redução de Discricionariedade de Mesários em Contextos de Desinformação

Luna Blasco Soler Chino

Sessão 03

25.11.2025 10h00 às 11h30 • Sala C (Ágata)

Mediação: Edson Ronaldo Guarido Filho

Atuação do núcleo de apoio técnico do judiciário do Distrito Federal na produção de provas: uma análise da confiança e confiabilidade das notas técnicas do NATJUS

Guilherme Gomes Vieira, Caroline Araujo Corni

e-MEPU: Um Escudo Digital na Defesa da Vida Contra o Feminicídio

João Paulo Braga Cavalcante, Thiago da Silva Sampaio, Flavianne Damasceno Maia Campelo, Ulisses Jose Duarte Lima Monteiro, Francisco Ubiratan Castro Viana Júnior

Judicialização da Saúde Pública à Luz da Secretaria de Saúde do Distrito Federal: Análise Empírico-Analítica da Execução Orçamentária e Financeira

Mateus Rodarte de Carvalho

Programa Justiça 4.0 do Conselho Nacional de Justiça: As Entrelinhas do Avanço Tecnológico do Poder Judiciário e a Realidade Brasileira

Gabriela Prates Gonçalves, Isadora Laura Facco Spanevello, Fabiana Marion Spengler

Sessão 04

25.11.2025 10h00 às 11h30 • Sala D (Quartzo)

Mediação: Ana Carla Werneck

Barreiras e Facilitadores da Justiça Itinerante em Defensorias Públicas.

Maria Gabryella Rocha de Oliveira, Adalmir de Oliveira Gomes

Feminicídio no Brasil: Políticas Estaduais de Prevenção e Enfrentamento

Damião Enéias de Melo dos Santos, Eloisa Gonçalves da Silva Torlig, Camila Batista Alves, Edna Rosa, Leonardo Menezes

Gestão Documental e Direito de Acesso: Estudo Empírico no Arquivo Central do TRT da 21ª Região

Emerson Carlos da Silva, Francimárcia Regina da Silva Ferreira



Sessão 05

25.11.2025 14:00 à 15:30 • Sala A (Rubi)

Mediação: Guilherme Gomes Vieira

Justiça na Era Digital no Ecosistema Judicial Brasileiro: Tecnologia, Vulnerabilidades e Desafios para Direitos.

Francisco Clécio do Rêgo Rodrigues

O Acesso à Justiça e Política Previdenciária: o ACT como estratégia de desjudicialização do salário-maternidade rural

Lorena Araújo de Oliveira

Riscos cibernéticos de uso de Inteligência Artificial Generativa no Processo Judicial

Luciana Muniz Costa, Marcus Aurélio Carvalho Georg, Virgínia de Melo Dantas Trinks, Jorilson da Silva Rodrigues, Rafael Rabelo Nunes

Teletrabalho e implicações nas interfaces trabalho-família no Ministério Público do Estado do Ceará

Laís Karla da Silva Barreto, Cleissiane Cunha Pinho de Camillis, Hilderline Câmara de Oliveira, Ionara Dantas Estevam, Felipe Marinho Amaral

Sessão 06

25.11.2025 14:00 à 15:30 • Sala B (Jade)

Mediação: Adalmir de Oliveira Gomes

A Governança em Rede do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes

Pedro Zangrando, Tomas de Aquino Guimaraes

Codex: Possibilidades e Desafios na Análise Automatizada de Jurisprudência

Guilherme Ramos de Moraes

Do Malhete ao Código: A Jornada da Magistratura para uma Transformação Digital

Mariana Camargo Rocha, Leonardo Peter da Silva, Janaina Marques Alves, Antônio Alves Monteiro Júnior, Iraci Gonçalves Guimarães

Justiça Restaurativa e Inteligência Artificial na Execução Penal: caminhos para uma transformação humanizadora

Mirella Cezar Freitas, Camila Henning Salmoria



Sessão 07

25.11.2025 14:00 à 15:30 • Sala C (Ágata)

Mediação: Eda Castro Lucas de Souza

Governança Fundiária e a Função Correicional na Sociedade da Informação: Disputa sobre o Desconto do Artigo 290 da LRP

Guilherme da Paixão Costa Ferreira, Felipe Aires Gonçalves Vieira

Justiça Racial: Desafios e Oportunidades para a Implementação do Decreto nº 11.785/2023 no Setor Público

Lucilene da Ressureição Santos

Levando a Administração da Justiça do Brasil para Além das Fronteiras Nacionais: Mapeamento da Cooperação Técnica Internacional em Justiça

Ana Carolina Campara Verdum, Ademar Pozzatti

Acesso à Justiça e Saúde Coletiva na Amazônia: O Papel do Judiciário na Proteção de Povos Indígenas em Contextos de Vulnerabilidade

José Gomes de Araújo Filho, Fabrício Castagna Lunardi

Sessão 08

25.11.2025 14:00 à 15:30 • Sala D (Quartzo)

Mediação: Daniela Lustoza Marques de Souza Chaves

Acessibilidade como Valor Público na Era da Informação: Uma Análise Teórica da Inclusão pela Arquitetura e pelos Serviços no Sistema de Justiça

Fabiana de Freitas Goulart Lourenço

Engajamento no Trabalho: Caminhos para um Ambiente mais Produtivo e Motivador no TRT da 21ª Região

Rafael Rodrigues da Silva, Marcos Fernando Machado de Medeiros, Karla Sousa da Motta

Estratégias de Enfrentamento ao Assédio no Poder Judiciário: Uma Análise de Documentos Institucionais e a Experiência da COPEAM no TJRS

Viviane de Faria Miranda, Taísa Gabriela Soares, Leonel Pires Ohlweiler, Jane Maria Köhler Vidal

Os Pontos de Inclusão Digital do Poder Judiciário do Estado do Pará: Transformações Digitais e Sociais no Acesso à Justiça

Katia Parente Sena, Charles Menezes Barros

Sessão 09

25.11.2025 16:00 às 17:30 • Sala A (Rubi)

Mediação: Jonilto Costa

A Regulação do Uso de Inteligência Artificial nos Tribunais Administrativos e Fiscais Portugueses: Quo Vadis?

Ricardo Lopes Dinis Pedro, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Antas Videira

Mediação como Prática Potencial de Transformação no Tratamento das Denúncias de Ouvidoria

Alda Souza Figueredo, Fernanda Potiguara Carvalho, Luana Cristina Thédiga de Miranda, Valéria Ferraz Guimarães, Mariana Yuka Akamine

Justiça Móvel Digital: Diagnóstico e Propostas de Aperfeiçoamento para a Conciliação em Acidentes de Trânsito sem Vítimas

João Paulo Braga Cavalcante, Ulisses Duarte Monteiro, Flavianne Damasceno Maia, Leonel Gois Lima Oliveira, Francisco Ubiratan Castro Viana Júnior

Sessão 10

25.11.2025 16:00 às 17:30 • Sala B (Jade)

Mediação: Simone de Araújo Goes Assis

Busca Eletrônica em Registros usando Linguagem Natural (Berna) – Funcionamento e Perspectivas da Inteligência Artificial Desenvolvida pelo TJGO

Felipe Aires Gonçalves Vieira, Guilherme da Paixão Costa Ferreira, Gustavo Dalul Faria, David Martins de Cerqueira, Ubiratan Alves Barros

Inteligência Artificial e o Sistema de Justiça

Sara Almeida Vargas, Acsa Alves e Souza De Oliveira, Débora Helena Rosa Cardoso, Bernardo Oliveira Buta

Linguagem Simples no Sistema de Justiça: Desafios para o Acesso à Justiça na Sociedade de Informação

Genésio Lorindo Cardoso Júnior, Jéssica Tragueto



Sessão 11

25.11.2025 16:00 às 17:30 • Sala C (Ágata)

Mediação: Tomas de Aquino Guimarães

A Relação entre o Absenteísmo e os Riscos Psicossociais na Justiça do Trabalho

Larissa Cunha Dantas, José Adriano Silveira Albuquerque Guimarães, Rosane Helena Cardoso de Melo

Comunicação pública e responsividade: revisão integrativa e agenda de pesquisa para a Administração da Justiça

Graziane Madureira Baptista, Edson Ronaldo Guarido Filho

Inovação na Comunicação de Processos de Trabalho no STJ: Adoção de Infográficos Simplifica a Fluxogramação BPMN

Eliane de Souza Moreira, Raquel do Vale Almeida Alvarez, Daniela Galdino de Oliveira

Linguagem Simples como Prática Institucional: Pragmática e Transformação Discursiva do Judiciário

Clarissa Gomes de Sousa, Vanessa Maria Pereira de Souza, Samir Adamoglu de Oliveira

Sessão 12

25.11.2025 16:00 às 17:30 • Sala D (Quartzo)

Mediação: Luciano Athayde Chaves

Aspectos da Gestão do Conhecimento em Atividades Investigativas Relativas a Crimes Cibernéticos

André Luis Deccache Dias, Carlos André de Melo Alves

Quem Observa os Observadores de Justiça? Uma Proposta Metodológica

Eloisa Gonçalves da Silva Torlig, Ana Carla Werneck

Vida Em Equilíbrio: Implantação de Programa de Saúde no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE)

Antonio Abelardo Benevides Moraes, Felipe de Albuquerque Mourão, Ana Paula Cambraia Rocha Pimentel, Monica Nogueira Lima de Oliveira, José Marcelo Maia Nogueira



Sessão 13

26.11.2025 08:00 às 09:30 • Sala A (Rubi)

Mediação: Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Do Compromisso à Ação: a Criação de um Comitê Gestor de Equidade de Gênero no Âmbito do Poder Judiciário Estadual Cearense

Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves, Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo, Carla Dandara Pinheiro Alexandrino, Débora Pinho Arruda, Kássia Lanelly Lima Alves

e-TacVigil: Inovação Eletrônica para Monitoramento de TACs no Ministério Público de Goiás

Eduardo Alves de Freitas, Diva Júlia Sousa da Cunha Safe Coelho

Transformações Organizacionais e Estratégicas Consequenciais da Inteligência Artificial na Administração Pública

Renato Aversari Câmara, Hilderline Câmara de Oliveira

Sessão 14

26.11.2025 08:00 às 09:30 • Sala B (Jade)

Mediação: Luciano Athayde Chaves

Comunicação Pública e Responsividade: Análise Qualitativa dos Normativos da Comunicação Institucional do Ministério Público da União

Graziane Madureira Baptista

Discussão Ética da Aplicação da IA Em Chatbot da Ouvidoria Prós e Contras

Alda Souza Figueredo, Luana Cristina Thédiga de Miranda, Fernanda Potiguara Carvalho, Valéria Ferraz Guimarães, Mariana Yuka Akamine

Instrução Concentrada: Projeto Piloto Interinstitucional na Justiça Federal da 4ª Região

José Luis Luvizetto Terra, Tiago Fontoura de Souza, Wyktor Lucas Meira, Karine Wendt Kroth

Uso de Inteligência Artificial e Reconhecimento de Imagem no Apoio às Atividades de Investigação no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará

Breno Rangel Nunes da Costa, Luiz Eduardo Mendes, Gleidson Sobreira Leite, Mike Duarte Martins, Pedro Bandeira Milfont

Sessão 15

26.11.2025 08:00 às 09:30 • Sala C (Ágata)

Mediação: Eloisa Gonçalves da Silva Torlig

A Avaliação dos Atributos de Qualidade da Transformação Digital Ocorrida no Atendimento do Juizado Móvel de Fortaleza entre os Anos de 2017 e 2024

Leonel Gois Lima Oliveira, Manuella Maia Ribeiro

Clube de Leitura Esperança Garcia: um Espaço de Diálogo e de Letramento Social em um Tribunal de Justiça Estadual

Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves, Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo, Daniela Dantas Barbosa, Débora Pinho Arruda, Kássia Lanelly Lima Alves

O Papel do Compliance para o Desenvolvimento Sustentável do Poder Judiciário Brasileiro

Igor da Silva Gomes

Violação à Integridade na Administração Pública: Causas, Conceitos e Limites das Políticas de Prevenção

Galtiênio da Cruz Paulino

Sessão 16

26.11.2025 08:00 às 09:30 • Sala D (Quartzo)

Mediação: Carlos André de Melo Alves

Gestão por Competências como Recurso Estratégico para o Fortalecimento Institucional do Ministério Público do Estado do Ceará.

Laís Karla da Silva Barreto, Joel Lima Mourão, Walid Abbas El Aouar, Felipe Marinho Amaral, Allan Gustavo Freire da Silva

Instituições em Transformação: O Processo de Implantação do PJe na Paraíba

Rafaele Brito da Silva, Samir Adamoglu de Oliveira, Ênio Saraiva Leão

Integridade Eleitoral na Sociedade da Informação: Desafios Tecnológicos e Oportunidades para a Justiça Eleitoral Brasileira

Luna Blasco Soler Chino

Observatório Legítimo: Fake News e o Suporte Social ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Joshua Rodas Medici, Ana Claudia de Batista Fernandes, Caroline Coradassi Almeida Santos, Isabelle de Lima Sanchez, Gabriela dos Passos Lozinski

Sessão 17

26.11.2025 10:00 às 11:30 • Sala A (Rubi)

Mediação: Rafael Rabelo Nunes

Blockchain e a Reinvenção da Transparência na Administração da Justiça: Desafios Teóricos e Proposições para o Contexto do Ministério Público Federal

Guilherme Nóbrega Rodrigues Pereira

Inovação Tecnológica no Judiciário: Chatbots Reduzindo Atos de Diligência na Comunicação com Vítimas de Violência Doméstica

Welkey Costa do Carmo, Karla Neves Guimarães da Costa Aranha, Angelo Bianco Vettorazzi, Lucas da Silva Vidal, Iago Capistrano Sá

NFTs na Citação Judicial: Inovação e Eficiência na Gestão de Processos

Eduardo Henrique de Oliveira, Arlindo Francisco de Queiroz Neto

O Poder Judiciário como Fiel da Balança: o caso das Estratégias Discursivas de Legitimação do Projeto Parceiro da Escola

Carolina Wunsch Marcelino, Felipe Vilson Vidi, Fernanda Alves Andrade Guarido

Sessão 18

26.11.2025 10:00 às 11:30 • Sala B (Jade)

Mediação: Samir Adamoglu de Oliveira

Acesso à Justiça no Âmbito Notarial e Registral: A Partilha Extrajudicial como meio para a Desjudicialização

Fabiana Marion Spengler, Paula Meinhardt Aguiar

Auditoria da Governança e da Gestão da Inteligência Artificial no MPU e Judiciário Federal

Leonardo Feitosa de França

Linguagem Simples no Sistema Jurídico Brasileiro e a Facilitação do Acesso à Justiça: o Caso do Segurado Especial Rural

Ana Luiza Martins Soares, José Pinheiro de Lima Júnior

Redesenho da Avaliação de Reação em Cursos de Formação Judiciária: uma abordagem inovadora com suporte de inteligência artificial

Welkey Costa do Carmo, Joriza Magalhaes Pinheiro, Vanessa Maria Quariguasy Pereira Veras, Francisco Anastacio Cavalcante Neto, Iago Capistrano Sá

Sessão 19

26.11.2025 10:00 às 11:30 • Sala C (Ágata)

Mediação: Adalmir de Oliveira Gomes

Autocomposição e Governança Colaborativa: Perspectivas para a Atuação Resolutiva do Ministério Público

Priscila Ribas Azambuja, Tomas de Aquino Guimaraes

Métodos Alternativos de Solução de Conflitos em Serviços Digitais: Análise da Plataforma Consumidor.gov.br como Mecanismo de Acesso à Justiça

Ana Claudia de Batista Fernandes Petraro, Edson Ronaldo Guarido Filho

Retroatividade do ANPP no Judiciário Cearense Pós-Julgamento do HC 185.913 STF

Manuela de Matos Malaquias, Sebastiana Sena de Carvalho, Vittoria Cavalcante Pardi, Nestor Eduardo Araruna Santiago

Sessão 20

26.11.2025 10:00 às 11:30 • Sala D (Quartzo)

Mediação: Ana Carla Werneck

Governança Judicial: o Papel dos Centros de Inteligência no Poder Judiciário

Jordânia de Sousa Gomes, Dayana Cláudia Tavares Barros de Castro, Rafaella Lopes Ferreira

Sociedade da informação e saúde mental no Poder Judiciário: o custo importa?

Thielly Dias de Alencar Pitthan, Luiza Vieira Sá de Figueiredo, Cristiane Soares de Brito, Karina Silva de Araújo Ramos, Monique Ribeiro de Carvalho Gomes

Novos Fazeres para Novos Tempos: Tema 1234 do STF e a Renovação dos Papéis do Judiciário

Mônica Silveira Vieira, Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade



Sessão 21

26.11.2025 14:00 às 15:30 • Sala A (Rubi)

Mediação: Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

A Virtualização das Práticas Autocompositivas: Reflexões Sobre Audiências Virtuais

Erik Dênio Gomes de Oliveira Filho, Ana Cecillya Silva de Lima, Elora de Almeida Vieira, Flávia Nycole Firmino Moreira

Controle de Armas de Fogo: Uma Análise da Atuação da Polícia Federal sob a Perspectiva da Governança Digital

Lucilene da Ressurreição Santos

Estrutura Integrada de Dados do TJCE Geridos por Data Lake Local Contendo Dados Judiciais e Administrativos: um Relatório Técnico

Sergio Maia Raulino, Márcio Bezerra de Menezes Serpa Filho, Junior Regis Batista Cysne

O Caráter Estruturante da Nota Técnica 01 do Centro de Inteligência do TJRN

Sulamita Bezerra Pacheco

Sessão 22

26.11.2025 14:00 às 15:30 • Sala B (Jade)

Mediação: Laís Karla da Silva Barreto

Conjugação entre Eficiência, Desterritorialidade e Saúde do Servidor: a dinâmica do teletrabalho no Judiciário na Sociedade da Informação

Igor da Silva Gomes

Fatores Jurídico-Legais na Qualidade do Inquérito Policial e Eficiência da Investigação Criminal no Brasil

Cristiano Barbosa Sampaio, Tomás de Aquino Guimarães, Fabrício Castagna Lunardi

Gestão de Projetos com Foco em Benefícios

Igor Caires Machado, Cristina de Oliveira Winckler, Dorotheo Barbosa Neto, Antônio Ferreira de Melo Filho

Painel de Controle de Produtividade: Eficiência e Monitoramento Estratégico

Paulo Airton Albuquerque Filho, Ariadne Fialho Caminha Bret, Henrique Moreira Tavares Luna, João Paulo Braga Cavalcante

Sessão 23

26.11.2025 14:00 às 15:30 • Sala C (Ágata)

Mediação: Thiago Oliveira Moreira

A Taxonomia dos Acordos e Congêneres e os Limites da Transparência no CNMP

Natália Angélica Chaves Cardoso, Diogo Torres da Silva, Wallace Alexandre Ferreira

Do Planejamento à Excelência: Programa + Gestão como Política de Governança no TJCE

Antonio Mateus Nunes Alencar, José Diego Nunes Xavier, Renata Silveira Meneses, Juliana Pereira da Penha Nascimento, Ellen Tayna Pontes das Chagas

Repercussões do Uso da Inteligência Artificial na Razoável Duração do Processo Judicial no Ministério Público

Talita Taínes Almeida Santos, Adalmir de Oliveira Gomes

Sessão 24

27.11.2025 09:00 às 10:30 • Sala A (Rubi)

Mediação: Alessandra Correia Lima Macedo Franca

Embargos Declaratórios: Análise do Uso como Mecanismo de Procrastinação Processual e como Indicador da Qualidade das Decisões Judiciais

Divanda Lima de Freitas Cavalcanti, Cláudio Delgado de Freitas, Julio Cesar Barroso Pacheco

Fatores Determinantes do Desempenho Organizacional: Estudo de Caso em Um Tribunal Regional Eleitoral

Joao Paulo de Araujo, Leandro Trigueiro Fernandes

Tramitação Recursal Interna do ANPP nos MPs Estaduais e do Distrito Federal

Manuela de Matos Malaquias, Sebastiana Sena de Carvalho, Vittoria Cavalcante Pardi, Nestor Eduardo Araruna Santiago

A atuação de Facilitadores de Círculos Restaurativos Como Mecanismo Auxiliar No Sistema De Justiça Brasileiro

Mariana da Silva Rocha, José Alessandro Amaral Paiva, David Emília Nascimento, Larissa Carneiro Araújo, Ramon Rebouças Nolasco de Oliveira



Sessão 25

27.11.2025 09:00 às 10:30 • Sala B (Jade)

Mediação: Edson Ronaldo Guarido Filho

A Percepção de Usuários Sobre os Serviços Prestados pela Defensoria Pública do Distrito Federal

Guilherme Gomes Vieira, Adalmir de Oliveira Gomes

Cooperação Judiciária Voltada à Alienação Conjunta de Bens Via Leilão Judicial Unificado: Estudo do Ato Concertado n. 01/2024 da Comarca de Pau dos Ferros/RN

Edilson Chaves de Freitas, Jéssica Tragueto

Digitalização no Sistema de Justiça da Paraíba: Análise de sua Lógica Institucional

Thais Fernanda Clemente de Sousa Nascimento, Débora Karyne da Silva Abrantes, Samir Adamoglu de Oliveira

Inovação e Metodologias Ágeis no Planejamento Estratégico: modelo para promotorias de justiça do MPCE

Lais Karla da Silva Barreto, João Paulo de Almeida Costa, Walid Abbas El Aouar, Leandro Trigueiro Fernandes, Marcelo Victor Alves Bila Queiroz

Sessão 26

27.11.2025 10:45 às 11:30 • Sala A (Rubi)

Mediação: Tomas de Aquino Guimarães

A Colaboração Premiada como Mecanismo de Eficiência no Sistema de Justiça: Uma Análise à Luz da Análise Econômica do Direito

Galtiênio da Cruz Paulino

A utilização de tecnologia no atendimento remoto de defensores públicos de Defensorias Estaduais e Distrital no Brasil

Guilherme Gomes Vieira

Da Crise à Recuperação das Ações Executivas Cíveis em Portugal: Transformações, e o Impacto da Troika e da Covid-19 nos Padrões Processuais Portugueses (1991-2024)

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Antes Videira, Sandra Patrícia Marques Pereira

Dosimetria de Sanções no Controle Externo: uma Análise Empírica sob a Ótica do TCU

Caio Filipe Costa Barros, Edson Ronaldo Guarido Filho

Sessão 27

27.11.2025 10:45 às 11:30 • Sala B (Jade)

Mediação: Thiago Maia Sayao de Moraes

Conformidade da Polícia Federal às Recomendações Internacionais para Atividades Investigativas Envolvendo Criptoativos.

Ronald da Silva de Miranda, Carlos André de Melo Alves

Engajamento no Trabalho: O que É e Como Pode Ser Aumentado em Equipes do Judiciário

Arthur Napoleão Teixeira Filho, José Moreira da Silva Neto

Secretaria Extraordinária: Agilidade Baseada em Números

Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

A Justiça Restaurativa como Facilitadora do Acesso à Justiça

Erik Dênio Gomes de Oliveira Filho, Alessandra Mabell Feliciano dos Santos, Ramon Rebouças Nolasco de Oliveira

Sessão 28

27.11.2025 14:30 às 16:30 • Sala A (Rubi)

Mediação: Gustavo Rabay Guerra

A Era da Hiperconectividade: Impactos da Transformação Digital Sobre a Eficiência e os Limites Jurídicos da Jornada de Trabalho

Emanuella R. Veras da Costa Paiva, Maria Naftally Dantas Barbosa, Eliane Saturnino Cesa

Governança Judicial Digital e as Audiências Virtuais de Conciliação e Mediação: Análise de Desempenho e Acessibilidade nos períodos pré, durante e pós Pandemia da Covid-19

André Luiz Alves, Fabrício Castagna Lunardi

Inovação Aplicada à Gestão por Processos para Aumento do Valor Público no Judiciário Trabalhista

Karla Sousa da Motta, Caio Lima de Azevedo

Inteligência Artificial Generativa e Perfis de Racionalidade: o Impacto na Tomada de Decisões do Sistema de Justiça

Lea Farias Veicer Lima, Benjamin Miranda Tabak, Bernardo Oliveira Buta



Sessão 29

27.11.2025 14:30 às 16:30 • Sala B (Jade)

Mediação: Saulo de Oliveira Pinto Coelho

Capacidades Essenciais e Dinâmicas no Controle de Armas de Fogo pela Polícia Federal

Lucilene da Ressurreição Santos

Desafios e Perspectivas na Implementação de Sentenças em Ações Cíveis Públicas: Um Estudo de Caso sobre o Descumprimento pelo Poder Público em Goiânia

Allan Pimentel Vila Nova, Saulo de Oliveira Pinto Coelho

Desafios na Administração de Cartórios e Soluções Encontradas a Partir do Planejamento

Talita Armelin de Oliveira Caldas, Erica Marcarini Trevisani

Quiet Quitting e Quiet Ambition no Judiciário: Uma Convivência Indesejada

Arthur Napoleão Teixeira Filho, Dinamene Nascimento Nunes

Sessão 30

27.11.2025 16:30 às 18:00 • Sala A (Rubi)

Mediação: José Marcelo Maia Nogueira

Avaliação da Eficiência dos Tribunais Regionais do Trabalho no Brasil

Viviane Hiromi Uchida, Marcelo Victor Alves Bila Queiroz, Joyce Mariella Medeiros Cavalcanti, Rômulo Andrade de Souza Neto

Racionalidade na Tomada de Decisões de Gestores Públicos do Sistema de Justiça

Valdivina Farias de Jesus

Validade da Citação Cível por Aplicativos de Mensagens na Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

Yuri Luis Pinheiro Moraes Goes, Rafaela Rincon Mourão Bezerra

A Implementação e o Monitoramento da Política Pública Judiciária para Adoção de Perspectiva de Gênero como Ferramenta de Concretização do Acesso à Justiça

Verônica Freire Alves, Diva Julia Sousa da Cunha Safe Coelho



27.11.2025 16:30 às 18:00 • Sala B (Jade)

Mediação: Eloisa Gonçalves da Silva Torlig

As Mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Judicialização e o Acesso à Justiça

Simone de Araújo Góes Assis, Eda Castro Lucas De Souza, Sérgio da Costa Côrtes, Pedro Henrique de Sousa Santos

Justiça Inclusiva: Inovação do TJCE às Demandas Sociais no Pós-Pandemia

Nelson Ricardo de Moraes Nogueira, Mariana de Oliveira Nunes Freitas, Thaís Lacerda de Araujo Raiciki

O Ato Concertado de Cooperação Judiciária como Instrumento de Triage Qualificada e Enfrentamento às Demandas Abusivas no Âmbito dos Juizados Especiais Cíveis de Natal-RN.

Sulamita Bezerra Pacheco

Inclusão Digital como Direito: Avanços e Desafios Tecnológicos na Atuação da Defensoria Pública da União

Alexandro Melo Corrêa, Gustavo Carlos Couto Knopp, Junior Leite Amaral



Sessão de Encerramento

27.11.25 - 18h00

Balanço do EnAJUS 2025 / Premiação de Trabalhos

Prof. Dr. Samir Adamoglu de Oliveira

*Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB | IBEPES)*

Coordenador do EnAJUS 2025

Um Convite ao EnAJUS 2026

Prof. Dr. Saulo de Oliveira Pinto Coelho

*Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da
Universidade Federal de Goiás (PPGDP/UFG)*



Realização



Apoio



COMITÊ ORGANIZADOR

Adalmir de Oliveira Gomes, Professor Associado, Universidade de Brasília, Brasil.

Bernardo Oliveira Buta, Professor, Fundação Getulio Vargas (FGV-EPPG), Brasil.

Eda Castro Lucas de Souza, Professora, Centro Universitário IESB, Brasília, Brasil.

Edson Ronaldo Guarido Filho, Professor Adjunto, Universidade Federal do Paraná, Brasil.

Eduardo Vera-Cruz Pinto, Professor Catedrático, Universidade de Lisboa, Portugal.

Fabrizio Castagna Lunardi, Professor, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), Brasil.

Jéssica Traguetto, Professora Adjunta, Universidade Federal de Goiás, Brasil.

João Abreu de Faria Bilhim, Professor Catedrático, Universidade de Lisboa, Portugal.

Jorge Albino Alves Costa, Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, República Portuguesa, Portugal.

Laís Karla da Silva Barreto, Professora, Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Potiguar (PPGA/UNP), Brasil.

Luciano Athayde Chaves, Professor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

José Marcelo Maia Nogueira, Doutor, Tribunal de Justiça do Ceará, Brasil.

Miguel Romão, Professor da Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Portugal.

Pedro Miguel Alves Correia, Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Consultor da Direção-Geral da Política de Justiça, Ministério da Justiça de Portugal, Portugal.

Samir Adamoglu de Oliveira, Professor Adjunto, Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), Brasil.

Saulo de Oliveira Pinto Coelho, Professor, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás (PPGDP-UFG), Brasil.

Walid Abbas el Aouar, Professor, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Potiguar (PPGA/UNP), Brasil.

Tomas de Aquino Guimaraes, Professor Titular, Universidade de Brasília, Brasil.

COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA

André José Ribeiro Guimarães, Doutor em Gestão da Informação, Universidade Federal do Paraná e Designer Gráfico, Brasil.

Flávia Roberta Fernandes, Doutora em Gestão da Informação, Professora Adjunta, Universidade Estadual de Maringá e Pesquisadora do IBEPES, Brasil.

Ressú Ferreira Pires, Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e GPJUs, Brasil.

Carlos Romero Bacurau de Brito, Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e GPJUs, Brasil.



MAIS INFORMAÇÕES
enajus.org.br

